

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

**Demonstrações financeiras referentes
aos exercícios findos em 31 de dezembro
de 2022 e 2021 e relatório dos auditores
independentes sobre as demonstrações
financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	12
Balancos patrimoniais	16
Demonstrações dos resultados	17
Demonstrações dos resultados abrangentes	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras	21

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, bem como sumário do trabalho que a Rodovias Integradas do Oeste S.A. – (“CCR SPVias” ou “Companhia” ou “Concessionária”) vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados

1.2 Apresentação

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 10 de fevereiro de 2000 e passou a integrar o Grupo CCR a partir do ano de 2010. A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente 100% do capital social da Companhia. A CCR SPVias está localizada na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo e foi outorgada em 1999. A CCR SPVias administra 516 quilômetros de rodovias que compõem o Lote 20 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, por onde trafegam diariamente mais de 79 mil veículos, compreendendo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), formando assim um importante eixo de ligação entre o sudoeste do Estado de São Paulo e o Estado do Paraná.

A Companhia conta com 677 colaboradores para oferecer conforto, fluidez e segurança aos usuários, beneficiando ainda uma população lindeira de aproximadamente 936 mil habitantes.

A Companhia desenvolve também programas socioculturais e ambientais, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e as comunidades da região abrangida pelo lote da Concessionária. São projetos de educação para o trânsito, qualidade de vida para os motoristas e pedestres, e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida.

1.3 Destaques do ano de 2022

Destaques financeiros

- Captação de Debêntures em fevereiro no valor de R\$ 160.000 a CDI + 1,90% a.a.;
- Distribuição de Dividendos no valor de R\$ 86.789; e
- Pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R\$ 13.909.

Destaque operacional

- A Companhia tem contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias. Em 1999, ano anterior ao início da concessão, foram registradas 108 mortes, sendo que em 2022 foram constatadas 40 mortes, ou seja, uma redução de 63% no número de mortes.

As obras listadas abaixo, foram entregues em 2022:

Recuperação do pavimento das rodovias (Pista e Trevos)

- SP-255 – Rodovia João Mellão;
- SP-270 – Rodovia Raposo Tavares;
- SP-258 – Rodovia Francisco Alves Negrão;
- SP-127 – Rodovia Antonio Romano Schincariol e Rodovia Francisco da Silva Pontes; e
- SP-280 – Rodovia Castelo Branco.

2. Estratégia e gestão

2.1 Governança corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por oito membros efetivos, residentes no país. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia. O cargo de Diretor Presidente é exercido pelo Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo e o cargo de Diretor de Operações é exercido pelo Sr. Guilherme Motta Gomes. A Companhia está localizada na Rodovia Antonio Romano Schincariol, km 112,4, Bairro Guardinha, Tatuí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/spvias.

2.2 Gestão de pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Na busca constante em capacitar seus colaboradores a Companhia investiu em vários treinamentos via *Web* e presencial treinando 677 funcionários ao longo do ano de 2022.

3. Desempenho econômico e financeiro

3.1 Mercado

A Companhia administra um conjunto de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões mais importantes economicamente do Brasil. Estas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e a região sudoeste do Estado de São Paulo, além dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

As rodovias funcionam como um importante meio para o escoamento da produção agrícola do sudoeste de São Paulo até a capital e Porto de Santos. A Companhia acredita que suas rodovias representam um importante elemento para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

3.2 Desempenho

Em R\$ mil	2022	2021	Var. %
Receita Líquida	807.921	675.487	19,61%
Receita de Pedágio	854.773	725.417	17,83%
Receita de Construção (ICPC 01 R1)	23.219	8.408	176,15%
Outras Receitas	4.463	4.906	-9,03%
(-) Deduções da Receita Bruta	(74.534)	(63.244)	17,85%
(-) Custos e Despesas (a)	(521.753)	(415.098)	25,69%
Custo de Construção (ICPC 01 R1)	(23.219)	(8.408)	176,15%
Demais Custos e Despesas	(498.534)	(406.690)	22,58%
(-) Resultado Financeiro Líquido	(147.866)	(71.909)	105,63%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(43.656)	(59.587)	-26,74%
Lucro Líquido	94.646	128.893	-26,57%
(+) Resultado Financeiro Líquido	147.866	71.909	105,63%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	43.656	59.587	-26,74%
EBIT (b)	286.168	260.389	9,90%
Margem EBIT	35,42%	38,55%	-8,12%
Margem EBIT ajustada (c)	36,47%	39,03%	-6,56%
(+) Depreciação e amortização	187.588	214.959	-12,73%
EBITDA (b)	473.756	475.348	-0,33%
Margem EBITDA	58,64%	70,37%	-16,67%
(+) Provisão de manutenção (d)	87.954	27.219	223,13%
EBITDA ajustado	561.710	502.567	11,77%
Margem EBITDA ajustada (e)	71,58%	75,34%	-4,99%
Endividamento bruto (f)	1.184.117	1.311.014	-9,68%
Investimentos	43.171	276.731	-84,40%
Veículos equivalentes (em milhares)	66.197	61.760	7,18%

- (a) Custos e despesas: os itens deste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia por função nos seguintes grupos: Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos, Despesas Gerais e Administrativas, Outros Resultados Operacionais;
- (b) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (c) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais;
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras;
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.
- (f) Somatório das debêntures de curto e longo prazo (líquido dos custos de transação).

3.2.1 Receita operacional

A receita de pedágio totalizou em 2022 R\$ 854.773, (17,8% sobre 2021). O aumento da receita de pedágio é reflexo do crescimento do tráfego devido a liberação das restrições impostas pela pandemia que ainda estavam vigentes em 2021, além do reajuste tarifário.

3.2.2 Custos e despesas

Os custos e despesas apresentaram um aumento de 25,7% em relação a 2021, perfazendo R\$ 521.753 no ano de 2022. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 23.219, aumento de 176,2% em relação a 2021, impactado principalmente pela obra de Duplicação do Trecho Urbano de Itapeva;
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 87.954 e apresentou um aumento de 223,1% em 2022, em relação ao ano de 2021, considerando a realização de revisões nas soluções e estimativas de custos com manutenções necessárias para atendimento ao novo ciclo de manutenção no pavimento decorrente ao Acordo Definitivo com o Estado em 31 de março de 2022, previsto até setembro de 2028 e das obrigações contratuais, firmadas no contrato de concessão e com a aprovações dos projetos de intervenção junto ao poder concedente;
- Os custos de depreciação e amortização somaram R\$ 187.588 no ano de 2022. A redução de 12,7% é reflexo do recálculo da curva de amortização, impactado diretamente pelo aditivo de extensão do prazo de Concessão;
- O custo de outorga atingiu R\$ 13.886. O aumento de 15,2% deve-se principalmente ao aumento da receita de pedágio que é reflexo do crescimento do tráfego devido a liberação das restrições impostas pela pandemia que ainda estavam vigentes em 2021, além do reajuste tarifário;
- O custo dos serviços de terceiros totalizou R\$ 51.925 no ano de 2022, uma redução de 3,5% em relação ao ano anterior, decorrente principalmente das faturas *Intercompanies* - Contrato negociado entre Unidade e GBS;
- O custo com pessoal atingiu R\$ 59.325 no ano de 2022, registrando um aumento de 61,5% quando comparado com o ano de 2021. Esse aumento é reflexo principalmente dos gastos compartilhados com pessoal referente às faturas de Custeio GBS, além do pagamento do dissídio retroativo; e
- Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram um aumento de 58,1% e atingiram R\$ 97.856 no ano de 2022. Esse aumento deve-se principalmente por intervenções esporádicas no pavimento ao longo do trecho das rodovias sob Concessão, doações ao Instituto CCR e gastos com combustível de viaturas operacionais, alavancado pelo aumento nos preços.

3.2.3 Resultado financeiro

No ano de 2022, o resultado financeiro líquido negativo registrado foi de R\$ 147.866 comparado a um resultado negativo de R\$ 71.909 em 2021. O aumento de 105,6% ocorreu principalmente pelo aumento do CDI, além de nova captação ocorrida em 2022.

3.2.4 Lucro líquido

O lucro líquido registrado nesse ano foi de R\$ 94.646, atingindo uma redução de 26,6% quando comparado ao ano anterior, ocasionado principalmente pela provisão de manutenção, reflexo do acordo definitivo com o Estado em março de 2022.

3.2.5 Endividamento

No ano de 2022 a dívida bruta alcançou R\$ 1.184.117 em comparação a R\$ 1.311.014 em 2021.

3.2.6 Investimentos

A Companhia investiu cerca de R\$ 43.171 em 2022, nas rodovias SP-127, SP-255, SP-258, SP-270 e SP-280. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destacam-se:

SP-255 – Rodovia João Mellão

- Duplicação do km 254+280 ao km 261+420 em Avaré;
- Revitalização da Ponte Carvalho Pinto km 278;
- Duplicação Avaré - 2ª Fase;
- Recuperação pavimento Trevo; e
- Duplicação do km 239 ao km 254.

SP-270 – Rodovia Raposo Tavares

- Duplicação do km 115,5 ao km 158,4;
- Recuperação pavimento;
- Recuperação pavimento do km 158 ao km 168;
- Recuperação pavimento do trevo km 115 ao km 158; e
- Recuperação pavimento do trevo km 158 ao km 168.

SP-258 – Rodovia Francisco Alves Negrão

- Duplicação do km 339,15 ao km 342,67 Cont. Itararé;
- Duplicação do km 282,7 ao km 284,7 Cont. Itapeva;
- Recuperação pavimento do km 222,8 ao km 342,6;
- Recuperação pavimento Trevos;
- Duplicação Capão Bonito – Itararé;
- Duplicação Trecho Urbano de Itapeva; e
- Duplicação Trecho Urbano de Itararé.

SP-127 – Rodovia Antonio Romano Schincariol e Rodovia Francisco da Silva Pontes

- Recuperação do pavimento da rodovia no km 158 ao 213;
- Recuperação do pavimento da rodovia no km 105 ao 148;
- Remodelação Dispositivo km 110;
- Remodelação Dispositivo km 113; e
- Remodelação Dispositivo km 115.

SP-280 – Rodovia Castelo Branco

- Revitalização dos viadutos Serra de Botucatu;
- Recuperação pavimento do km 129,6 ao km 315;
- Recuperação pavimento Trevo; e
- Implantação de dispositivo do km 292.

4. Sustentabilidade

A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA-CCR) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, e estando a gestão desta estratégia a cargo da Vice-Presidência de Governança, Riscos, *Compliance* e Auditoria Interna também responsável pela área de ESG. A atuação do CA-CCR, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. Em 2022, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 12ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, possuímos *rating* A no MSCI, nota B no CDP e Selo Ouro no GHG *Protocol* desde 2013.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item [Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR](#). Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.1 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade;
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável;

- *Disclosure Insight Action* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor;
- *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa;
- *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores de acordo com cada setor;
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais; e
- Movimento Ambição *Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.

4.2 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando a transformação social nas regiões onde atua.

Apoia projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e por meio dos programas proprietários, como o Caminhos para a Cidadania, que está presente em mais de 1.600 escolas e forma mais de 3 mil professores, e o Caminhos para a Saúde, que oferece atendimentos de saúde a caminhoneiros, motociclistas, passageiros, ciclistas e clientes de metrô somando 49 mil atendimentos em 2022. O foco do Instituto CCR é a transformação social por meio de iniciativas de cultura, educação, esporte e saúde. Somente em 2022, foram aplicados R\$ 49 milhões em projetos sociais. Saiba mais em www.institutoccr.com.br.

Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia:

- **Projeto Itinerantes** - No ano de 2022, diversos projetos itinerantes, apoiados via incentivos fiscais, impactaram cerca de 96.920 pessoas. Esses projetos foram executados em 21 municípios limítrofes à CCR SP Vias, levando educação, cultura e entretenimento, aproveitando o momento de retomada das atividades presenciais. Foram eles: Cia BuZum! com o espetáculo “Caipira”, Auge com o espetáculo “Cadê o amor que estava aqui?”, Teatro a Bordo com o “Caixola de Histórias para Ler e Ouvir”, Cine em Cena, Sustenidos com o Conservatório de Tatuí e Santa Marcelina com o Projeto Guri. Os municípios beneficiados foram: Águas de Santa Bárbara, Alambari, Avaré, Buri, Capela do Alto, Cerqueira César, Cesário Lange, Itaberá Itaí, Itapetininga, Itapeva, Itararé, Pardinho, Porangaba, Quadra, Santa Cruz do Rio Pardo, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Taquarivaí e Tatuí;

- **Programa Caminhos para Cidadania** - O Programa Caminhos para a Cidadania tem o objetivo de capacitar os professores para serem multiplicadores de conceitos relativos à cidadania, para alunos do 1º ao 5º ano das redes públicas de ensino. O programa, na CCR SPVias, alcançou cerca de 17.000 alunos, 680 professores, 140 coordenadores municipais e pedagógicos, 169 escolas em 19 municípios limieiros. Durante o ano foram realizadas diversas atividades como: um curso EaD de 40 horas para os professores, 7 webinários, foram publicados no site do programa 42 curadorias educativas, 11 materiais temáticos mensais e 6 jogos educativos (www.caminhosparaacidadania.com.br), além da realização 2ª edição do Concurso Cultural que premiou nove professores e suas respectivas escolas com o valor de 30 mil reais, cada um, para que pudessem trazer à realidade seus projetos vencedores. No trecho da CCR SPVias, tivemos duas professoras ganhadoras: Profa. Bruna, de Alambari, com seu projeto de Libras e a profa. Patrícia, de Cerqueira César, com seu projeto “Ser diferente e fazer a diferença”, sobre o Cerrado e Biomas;
- **Caminhos para a saúde** - O Programa Caminhos para a Saúde tem como foco a diminuição dos riscos de acidentes provocados por problemas relacionados à saúde integral dos motoristas (física e mental), bem como a saúde do caminhão. Na CCR SPVias foram realizadas ações mensais com a presença de enfermeiros, voluntários do Projeto Help (Cantinho do Desabafo), parceiros e outros colaboradores a fim de oferecer exames gratuitos de colesterol, glicemia e aferição da pressão arterial, bem como a distribuição de material educativo com orientação sobre saúde e qualidade de vida. Para a saúde do caminhão, foram realizados checkups gratuitos nos caminhões. Em 2022, foram realizados nove eventos no município de Alambari com um total de 459 exames, 348 checkups de caminhões e 476 atendimentos no Cantinho do Desabafo, pelo Projeto Help. No mês de novembro tivemos a presença de massoterapeutas da Serenidade do Toque, uma instituição que atua com profissionais com deficiência visual ou baixa visão;
- **Campanha do Agasalho** - A CCR SPVias doou 1.580 cobertores novos, 310 sacos de dormir e 1826 peças de roupas. Os cobertores e sacos de dormir atenderam famílias em situação de vulnerabilidade em sete cidades limieiras e uma de influência, além de atendermos também nossos colaboradores operacionais e terceirizados. Já as peças de roupas foram destinadas ao Bazar da ONG Gerando Falcões. As cidades beneficiadas foram: Capão Bonito, Capela do Alto, Itapetininga, Itapeva, Itararé, Quadra, Tatuí e Apiaí; e
- **Campanha do Natal Solidário** - CCR SPVias mobilizou entre os colaboradores e clientes, a arrecadação de brinquedos novos ou usados em bom estado, disponibilizando 15 caixas coletoras em diversas bases de trabalho. Ao final, foram doados 255 brinquedos à APAE de Tatuí. A campanha, idealizada pelo Instituto CCR, foi realizada em parceria com a Umbigo do Mundo e Instituto Mauricio de Souza.

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2022, a CCR SPVias foi reconhecida como a Concessionária do Ano, premiação realizada pela ARTESP (Agência de Transportes do Estado de São Paulo). Esta premiação está relacionada às ações do ano anterior, no caso, 2021.

5. Considerações finais

5.1 Agradecimentos

A Companhia agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos Acionistas, ao Poder Concedente, aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais, aos usuários, fornecedores e instituições financeiras. Aos nossos colaboradores, nosso agradecimento pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

5.2 Auditores independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Tatuí, 16 de março de 2023.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Administradores da Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Tatuí - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodovias Integradas do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 3 (g), 3 (n) e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 25.048 referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na concessão.

Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.

A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.
- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

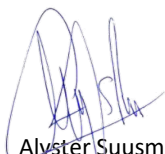
Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria.

Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Alyster Suusmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	133.497	79.451	Debêntures	13	252.363	344.158
Aplicações financeiras	6	547	13.850	Passivo de arrendamento	12b	86	298
Contas a receber	7	54.860	51.664	Fornecedores		26.837	11.378
Contas a receber - partes relacionadas	9	5.424	59	Contas a pagar - partes relacionadas	9	2.011	6.982
Tributos a recuperar		1.163	399	Cessão onerosa - partes relacionadas	9	-	4.848
Despesas antecipadas		2.497	2.785	Obrigações sociais e trabalhistas		8.152	6.303
Contas a receber - operações com derivativos	19	-	2.041	Imposto de renda e contribuição social		23.090	20.674
Outros créditos		287	74	Impostos e contribuições a recolher		6.749	4.614
				ISS a recolher		4.738	3.700
Total do ativo circulante		198.275	150.323	Obrigações com o Poder Concedente		1.269	1.139
				Provisão de manutenção	15	1.096	-
				Juros sobre capital próprio		4.099	-
				Outras obrigações com o Poder Concedente		245	-
				Outras contas a pagar		2.246	4.809
				Total do passivo circulante		332.981	408.903
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		66	63	Debêntures	13	931.754	966.856
Tributos diferidos		6.842	-	Passivo de arrendamento	12b	49	125
Depósitos judiciais		122.832	88.071	Fornecedores		4.795	2.053
		129.740	88.134	Provisão de manutenção	15	121.067	29.901
				Tributos diferidos	8b	-	26.363
				PIS e Cofins diferido		852	328
				Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	14	10.297	9.340
				Total do passivo não circulante		1.068.814	1.034.966
Imobilizado	10	43.306	31.937	Patrimônio líquido			
Intangível	11	1.259.576	1.426.494	Capital social	16a	205.225	205.225
Infraestrutura em construção	11	22.454	8.420	Reserva de lucros		34.413	56.605
Direito de uso em arrendamento	12a	123	391	Dividendo adicional proposto		12.041	-
Total do ativo não circulante		1.455.199	1.555.376			251.679	261.830
Total do ativo		1.653.474	1.705.699	Total do passivo e patrimônio líquido		1.653.474	1.705.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	17	807.921	675.487
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(23.219)	(8.408)
Serviços		(89.458)	(67.923)
Custo da outorga		(13.886)	(12.053)
Depreciação e amortização	10, 11 e 12	(186.145)	(213.314)
Custo com pessoal		(41.813)	(30.172)
Provisão de manutenção	15	(87.954)	(27.219)
Materiais, equipamentos e veículos		(18.982)	(13.790)
Outros		(8.550)	(7.153)
		<u>(470.007)</u>	<u>(380.032)</u>
Lucro bruto		<u>337.914</u>	<u>295.455</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(17.512)	(6.564)
Serviços		(12.981)	(17.639)
Materiais, equipamentos e veículos		(980)	(908)
Depreciação e amortização	10, 11 e 12	(1.443)	(1.645)
(Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	14.1	(957)	2.129
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(2.059)	(2.548)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(7.728)	(856)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(480)	(442)
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7	(18)	(29)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(2.840)	(2.340)
Indenização civil		(2.002)	(2.466)
Outros		(2.746)	(1.758)
		<u>(51.746)</u>	<u>(35.066)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		286.168	260.389
Resultado financeiro	18	<u>(147.866)</u>	<u>(71.909)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		138.302	188.480
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(43.656)</u>	<u>(59.587)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>94.646</u>	<u>128.893</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	94.646	128.893
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>94.646</u>	<u>128.893</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2021	205.225	23.236	8.615	42.664	-	279.740
Distribuição de dividendos em 26 de abril de 2021	-	-	(8.615)	(42.664)	-	(51.279)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	128.893	128.893
Reserva legal	-	6.445	-	-	(6.445)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 25 de novembro de 2021	-	-	-	-	(82.829)	(82.829)
Juros sobre capital próprio em 26 de abril de 2021 (líquido)	-	-	-	-	(2.168)	(2.168)
Juros sobre capital próprio em 26 de abril de 2021 (IRRF)	-	-	-	-	(383)	(383)
Juros sobre capital próprio em 30 de julho de 2021 (líquido)	-	-	-	-	(2.634)	(2.634)
Juros sobre capital próprio em 30 de julho de 2021 (IRRF)	-	-	-	-	(465)	(465)
Juros sobre capital próprio em 30 de setembro de 2021 (líquido)	-	-	-	-	(2.864)	(2.864)
Juros sobre capital próprio em 30 de setembro de 2021 (IRRF)	-	-	-	-	(506)	(506)
Juros sobre capital próprio em 23 de dezembro de 2021 (líquido)	-	-	-	-	(3.124)	(3.124)
Juros sobre capital próprio em 23 de dezembro de 2021 (IRRF)	-	-	-	-	(551)	(551)
Reserva de retenção de lucro	-	-	26.924	-	(26.924)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	205.225	29.681	26.924	-	-	261.830
Distribuição de dividendos intermediários em 28 de abril de 2022	-	-	(26.924)	-	-	(26.924)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	94.646	94.646
Destinações:						
Reserva Legal	-	4.732	-	-	(4.732)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 28 de novembro de 2022	-	-	-	-	(59.865)	(59.865)
Juros sobre capital próprio em 25 de março de 2022 (líquido)	-	-	-	-	(3.570)	(3.570)
Juros sobre capital próprio em 25 de março de 2022 (IRRF)	-	-	-	-	(630)	(630)
Juros sobre capital próprio em 23 de junho de 2022 (líquido)	-	-	-	-	(3.738)	(3.738)
Juros sobre capital próprio em 23 de junho de 2022 (IRRF)	-	-	-	-	(660)	(660)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2022 (líquido)	-	-	-	-	(3.900)	(3.900)
Juros sobre capital próprio em 23 de setembro de 2022 (IRRF)	-	-	-	-	(688)	(688)
Juros sobre capital próprio em 06 de dezembro de 2022 (líquido)	-	-	-	-	(4.099)	(4.099)
Juros sobre capital próprio em 06 de dezembro de 2022 (IRRF)	-	-	-	-	(723)	(723)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	12.041	(12.041)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	205.225	34.413	-	12.041	-	251.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	94.646	128.893
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(33.205)	(11.155)
Depreciação e amortização	187.320	214.699
Depreciação - arrendamento	268	260
Baixa do ativo imobilizado e intangível	50	144
Capitalização de custo de empréstimos	(2.846)	(786)
Juros e variação monetária sobre debêntures	172.641	74.229
Constituição da provisão de manutenção	87.954	27.219
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	4.308	526
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	18	29
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	5.473	1.205
Juros e variação monetária com partes relacionadas	173	2.539
Resultado de operações com derivativos e valor justo de debêntures (<i>fair value option</i>)	(1.931)	(2.531)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	3	1
Rendimento de aplicação financeira	(1.209)	3.283
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	14	51
Atualização monetária sobre riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	291	410
	513.968	439.016
Varição nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber das operações	(3.214)	(9.308)
Contas a receber - partes relacionadas	(5.365)	(38)
Tributos a recuperar	(767)	97
Adiantamento a fornecedores	-	23
Depósitos judiciais, despesas antecipadas e outros créditos	(34.686)	(27.356)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	14.749	1.978
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	(4.971)	5.832
Obrigações sociais e trabalhistas	1.849	1.564
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social	74.268	70.407
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(71.380)	(75.575)
Obrigações com o Poder Concedente	130	56
Realização da provisão de manutenção	-	(190)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(4.807)	(3.744)
Impostos diferidos	524	158
Outras obrigações com o Poder Concedente	245	-
Outras contas a pagar	(2.563)	(3.188)
	477.980	399.732
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(17.435)	(4.543)
Adições ao ativo intangível	(22.287)	(271.998)
Outros de ativo imobilizado e intangível	162	354
Aplicações financeiras líquidas de resgate	14.682	1.486
Aplicações na conta reserva líquidas de resgate	(170)	-
	(25.048)	(274.701)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures		
Captações	159.116	964.128
Pagamento de principal	(307.837)	(937.103)
Pagamento de juros	(149.010)	(47.552)
Mútuos		
Captações (líquidas de custos de transação)	-	355.000
Pagamento de principal e juros	-	(357.644)
Cessão onerosa		
Pagamento de principal e juros	(5.021)	(37.999)
Passivo de arrendamento (pagamento de principal e juros)	(302)	(302)
Liquidação de operações com derivativos	2.165	(218)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos a acionistas controladores	(97.997)	(144.898)
	(398.886)	(206.588)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
	54.046	(81.557)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	79.451	161.008
No final do exercício	133.497	79.451
	54.046	(81.557)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Constituição e objeto

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede está localizado na Rodovia Antônio Romano Schincariol, (SP-127), Km 112+400, no município de Tatuí, estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas operações em 10 de fevereiro de 2000 e tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 18 de setembro de 2028, a exploração do Sistema Rodoviário incluindo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, de acordo com o Edital de Concorrência n.º 20/CIC/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 11 de fevereiro de 2000. A tarifa de pedágio aplicável é especificada no contrato de concessão e está sujeita a um reajuste anual, em julho, com base nas fórmulas de reajuste estipuladas.

Em 2022, houve recuperação de Tráfego, devido a liberação das restrições impostas pela pandemia do COVID-19 que ainda estavam vigentes em 2021.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

O contrato de concessão da Companhia não contém opção de renovação.

Os direitos do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

Neste ano não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, exceto quanto ao abaixo descrito:

- **Termo Aditivo e Modificativo Coletivo n.º 1/2022 (Acordo Definitivo)**

Em 31 de março de 2022 foi celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (“Poder Concedente”), com a interveniência e anuência da ARTESP.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Observando-se os termos e condições previstas no Termo Aditivo e Modificativo Preliminar Coletivo n.º 1/2021, que foi celebrado no dia 29 de junho de 2021, o Acordo Definitivo teve o objetivo de (i) estabelecer os valores finais, apurados a partir dos cálculos realizados pela ARTESP, de cada um dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos objeto do Acordo Definitivo, reconhecidos de forma irrevogável e irretroatável no Acordo Preliminar; (ii) disciplinar as responsabilidades das partes e da ARTESP quanto às medidas necessárias para o encerramento das ações judiciais objeto do Acordo Definitivo; (iii) estabelecer que a Companhia assumirá a execução de novos investimentos e manutenções programadas.

Com a assinatura do Acordo Definitivo, as Partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo.

- **Reajuste tarifário de 2022**

Em 30 de junho de 2022, o Governo do Estado de São Paulo formalizou, por meio da edição suplementar do Diário Oficial do Estado de São Paulo, a estabilização temporária do valor vigente das tarifas de pedágios, deixando de aplicar o reajuste contratual, previsto para vigorar a partir de 1º de julho de 2022, e previsto nos contratos de concessão firmados pela Companhia.

Em 7 de julho de 2022, o Conselho Diretor da ARTESP, no âmbito do processo ARTESP/PRC2022/04426, publicou, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a decisão de acatar integralmente as determinações da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, que reconhece a necessidade de reequilibrar os contratos de concessão da Companhia, em função da ausência de reajuste tarifário a partir de 1º de julho de 2022.

- **Termo Aditivo e Modificativo Coletivo n.º 21/2022**

Em 28 de julho de 2022 foi celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (“Poder Concedente”), com a interveniência e anuência da ARTESP.

Refere-se à inclusão da Obra de Prolongamento da Duplicação do Trecho Urbano do Município de Itapeva, entre os km 280+850 ao Km 282+700 e Km 284+700 ao Km 287+904, e Implantação de Dispositivo no Km 288+000, todos da Rodovia SP 258 Francisco Alves Negrão, com extensão de prazo até o dia 21 de setembro de 2029.

- **Termo Aditivo Modificativo n.º 2/2022**

Em 18 de agosto de 2022, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo n.º 2/2022, que tem como objetivo: (i) reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro gerado em decorrência da decisão do Poder Concedente de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão; (ii) promover o reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão em razão da frustração da receita bruta causada pelo não repasse do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos contratos de concessão; (iii) estabelecer a metodologia de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão, que dar-se-á mediante emprego de verbas do tesouro pelo Poder Concedente, por meio de pagamentos bimestrais à Companhia; e (iv) consignar que o reajuste tarifário deverá ocorrer até 16 de dezembro de 2022.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1 Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

i. Termo Aditivo Modificativo n.º 14/06

Em 12 de janeiro de 2022, a Companhia requereu o arquivamento dos autos, tendo em vista que os honorários de sucumbência já haviam sido levantados pelo Estado.

Em 15 de junho 2022, foi publicado despacho intimando o Estado de São Paulo e a ARTESP a se manifestarem sobre o valor depositado pela Companhia referente a honorários de sucumbência.

Em 21 de junho de 2022, o Estado e a ARTESP requereram a expedição de mandado de levantamento dos honorários de sucumbência. Aguarda-se o levantamento dos valores pelos réus e o arquivamento definitivo dos autos.

ii. Reajuste Tarifário 2013

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 8 de abril de 2022, que seja reconhecida a perda de objeto da ação por perda superveniente de interesse processual.

Em 29 de abril de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP peticionaram para discordar do pedido formulado pela Companhia de extinção do feito sem resolução do mérito por perda de objeto em razão do acordo firmado, requerendo que o feito seja extinto com resolução do mérito.

Em 4 de maio de 2022, foi proferida decisão determinando que as manifestações da Companhia e da ARTESP a respeito do acordo e extinção sejam acostadas aos autos principais da apelação, tornando os autos conclusos para fins de homologação.

Em 12 de maio de 2022, a Procuradoria Geral do Estado apresentou petição concordando com o pedido de desistência.

Em 22 de agosto de 2022, a Companhia peticionou para reiterar o pedido de extinção do processo sem resolução do mérito e requerer a manutenção da condenação em honorários de sucumbência fixada no acórdão, especialmente com base no art. 24, §4º do Estatuto da OAB, sendo que o Estado de São Paulo e a ARTESP peticionaram para discordar do pedido de manutenção dos honorários e reiterar o pedido de extinção da ação com resolução do mérito mediante homologação do acordo.

Em 29 de agosto 2022, a Desembargadora Relatora determinou, monocraticamente, a suspensão do processo por 30 dias, para resolução entre as partes.

Em 24 de outubro de 2022, a Companhia informou que não foi possível alcançar um acordo sobre os honorários de sucumbência, e reiterou seus argumentos.

Em 16 de novembro de 2022, a Relatora monocraticamente decidiu homologar o acordo e extinguir o processo com resolução de mérito, determinando que cada parte arque com suas custas e honorários de sucumbência. Em 28 de novembro de 2022, referida decisão transitou em julgado e os autos foram remetidos à primeira instância. O processo segue tão-somente com relação à discussão dos honorários de sucumbência.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 8 de abril de 2022, a desistência da ação.

Em 13 de abril de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP peticionaram para concordarem com o pedido de desistência da ação.

Em 27 de abril de 2022, foi proferida sentença homologando o pedido de desistência e extinguindo o processo sem resolução do mérito. Em 3 de maio de 2022, foi certificado o trânsito em julgado da sentença.

Em 19 de agosto de 2022, foi certificado o levantamento do depósito judicial dos honorários periciais em nome da Companhia.

Em 30 de agosto de 2022, os autos foram arquivados definitivamente.

A administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 16 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3n - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1). As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 7 Provisão para perda esperada
- 8b Impostos diferidos
- 11 Intangível e infraestrutura em construção
- 14 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários
- 15 Provisão de manutenção
- 19 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

3. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados pela curva de benefício econômico. Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 11.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “n”

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrio contratual.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contrato de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

n) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

o) Arrendamento

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “direito de uso em arrendamento” e passivos de arrendamento em “arrendamento” no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12.

p) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as seguintes novas normas: As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

- **Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06) após 30 de junho de 2021**

A alteração estendeu a disponibilidade do expediente prático de aplicação às concessões de aluguel para que qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afete apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)**

As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022.

q) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após a 31 de dezembro de 2022.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 e CPC 23;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23;
- Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23;
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* - alterações ao CPC 06; e
- Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- **Derivativos**

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxas de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.º 6, 9, 13 e 19.

As tarifas das concessões da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures e notas promissórias (a)	360.055	311.041	411.722	438.260	86.142
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	2.011	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	29.083	1.520	3.070	205	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.269	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 258.580, substancialmente composto por debêntures, conforme mencionado na nota explicativa n.º 13. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e conta com o suporte financeiro do acionista controlador final, CCR S.A.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	4.503	3.467
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	128.994	75.984
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>133.497</u>	<u>79.451</u>

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	377	13.850
Conta reserva	170	-
Total - Aplicações financeiras	<u>547</u>	<u>13.850</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,92% do CDI, equivalente a 12,67% a.a., em 31 de dezembro de 2022 (99,41% do CDI, equivalente a 4,37% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Receitas de pedágio (a)	54.814	51.641
Receitas acessórias (b)	103	62
	<u>54.917</u>	<u>51.703</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(57)	(39)
	<u>54.860</u>	<u>51.664</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Créditos a vencer	54.843	51.660
Créditos vencidos até 60 dias	8	4
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	9	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	9	4
Créditos vencidos há mais de 180 dias	48	35
	<u>54.917</u>	<u>51.703</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

(c) Reflete a perda esperada referente aos créditos a receber.

8. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	138.302	188.480
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(47.023)	(64.083)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(3.425)	(521)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(243)	(96)
Incentivo relativo ao imposto de renda	886	769
Juros sobre capital próprio	6.123	4.317
Outros ajustes tributários	<u>26</u>	<u>27</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(43.656)</u>	<u>(59.587)</u>
Impostos correntes	(76.861)	(70.742)
Impostos diferidos	<u>33.205</u>	<u>11.155</u>
	<u>(43.656)</u>	<u>(59.587)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>31,57%</u>	<u>31,61%</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***b. Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2021	Reconhecido no resultado	2022		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	660	275	935	935	-
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	27	6	33	33	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	3.175	326	3.501	3.501	-
Resultado de operações com derivativos	(236)	236	-	-	-
Provisão de manutenção	10.164	31.371	41.535	41.535	-
Diferenças temporárias - lei n.º 12.973/2014 (a)	(14.731)	2.056	(12.675)	-	(12.675)
Provisão para fornecedores	2	91	93	93	-
Atualização monetária - depósitos judiciais (Caixa)	(2.287)	(3.658)	(5.945)	-	(5.945)
Arrendamento	9	(4)	5	5	-
Ajuste a valor presente sobre outorga variável - RTT	(1.613)	-	(1.613)	-	(1.613)
Capitalização de juros	(17.636)	1.316	(16.320)	-	(16.320)
Custo de transação de empréstimos	(1.634)	318	(1.316)	-	(1.316)
Valor justo com operações de <i>hedge</i> e debêntures	157	(157)	-	-	-
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e COFINS	426	607	1.033	1.033	-
Amortização de ágio	(2.846)	422	(2.424)	-	(2.424)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(26.363)	33.205	6.842	47.135	(40.293)
Compensação de imposto	-	-	-	(40.293)	40.293
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(26.363)	33.205	6.842	6.842	-

	2020	Reconhecido no resultado	2021		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	124	536	660	660	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	17	10	27	27	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	3.899	(724)	3.175	3.175	-
Resultado de operações com derivativos	103	(339)	(236)	-	(236)
Provisão de manutenção	798	9.366	10.164	10.164	-
Diferenças temporárias - lei n.º 12.973/2014 (a)	(41.428)	26.696	(14.731)	-	(14.731)
Diferenças temporárias (b)	-	(4.459)	(4.459)	-	(4.459)
Provisão para fornecedores	13	(11)	2	2	-
Atualização monetária - depósitos judiciais (Caixa)	(1.181)	(1.106)	(2.287)	-	(2.287)
Arrendamento	6	4	9	10	(1)
Capitalização de Juros	-	(17.636)	(17.636)	-	(17.636)
Custo de transação de debêntures	-	(1.634)	(1.634)	-	(1.634)
Valor justo com operações de <i>hedge</i> e debêntures	-	157	157	15.541	(15.384)
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e COFINS	-	426	426	426	-
Outros	131	(131)	-	-	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(37.518)	11.155	(26.363)	30.005	(56.368)
Compensação de imposto	-	-	-	(30.005)	30.005
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(37.518)	11.155	(26.363)	-	(26.363)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo n.º 69 da lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de debêntures e notas promissórias capitalizado; e
- (b) R\$ 1.613 refere-se a ajuste valor presente sobre outorga variável e R\$ 2.846 refere-se à amortização de ágio.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Saldos					
	2022			2021		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo						
Aplicações financeiras	-	21.426	21.426	-	-	-
Bancos conta movimento	-	268	268	-	-	-
Contas a receber	1	5.423	5.424	7	52	59
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar	1.870	141	2.011	6.834	148	6.982
Juros sobre capital próprio	4.099	-	4.099	-	-	-
Outros débitos	-	34	34	-	-	-
Cessão onerosa	-	-	-	-	4.848	4.848
Debêntures	-	328.486	328.486	-	-	-
	Transações					
	2022			2021		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas de serviços prestados - gestão administrativa	-	-	-	6.241	-	6.241
Custos / despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	418	418	-	418	418
Custos / despesas de serviços prestados - suporte e manutenção tecnologia	-	-	-	-	10.473	10.473
Custos / despesas de serviços prestados - CCR GBS	4.176	-	4.176	-	-	-
Custos / despesas de serviços prestados - serviços especializados	-	12	12	-	-	-
Custos / despesas com ressarcimento de danos ao patrimônio	-	6	6	-	-	-
Custos / despesas - doações	-	2.840	2.840	-	1.095	1.095
Repasse de custos e despesas de colaboradores	58	50	108	-	-	-
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	16.229	-	16.229	-	-	-
Juros sobre cessão de crédito	-	173	173	-	-	-
Despesas financeiras	-	36	36	2.005	534	2.539
Receitas de aplicações financeiras	-	1.067	1.067	-	-	-
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	69	69	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	-	89	89

Despesas com profissionais chave da administração

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remuneração: (a)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.264	1.074
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	1.296	818
Complemento (reversão) de PPR do ano anterior pago no ano	842	(82)
Previdência privada	67	60
Seguro de vida	2	2
	<u>3.471</u>	<u>1.872</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remuneração dos administradores (a)	917	892

a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.177, a qual não inclui os encargos sociais.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***10. Ativo imobilizado**

		2021		2022		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		3.808	-	-	124	3.932
Máquinas e equipamentos		24.650	-	-	1.148	25.798
Veículos		13.678	-	(846)	2.008	14.840
Instalações e edificações		609	-	-	-	609
Terrenos		126	-	-	-	126
Equipamentos operacionais		46.061	-	-	2.437	48.498
Imobilizado em andamento		6.708	18.584	(36)	(5.087)	20.169
Total custo		95.640	18.584	(882)	630	113.972
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	11	(2.680)	(250)	-	-	(2.930)
Máquinas e equipamentos	12	(18.397)	(1.603)	-	-	(20.000)
Veículos	25	(10.187)	(2.014)	832	-	(11.369)
Instalações e edificações	7	(571)	(8)	-	-	(579)
Equipamentos operacionais	12	(31.868)	(3.920)	-	-	(35.788)
Total depreciação		(63.703)	(7.795)	832	-	(70.666)
Total geral		31.937	10.789	(50)	630	43.306
		2020		2021		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		3.430	-	(9)	387	3.808
Máquinas e equipamentos		22.923	-	(42)	1.769	24.650
Veículos		13.322	-	(1.187)	1.543	13.678
Instalações e edificações		609	-	-	-	609
Terrenos		126	-	-	-	126
Equipamentos operacionais		43.364	-	(150)	2.847	46.061
Imobilizado em andamento		8.556	4.920	(92)	(6.676)	6.708
Total custo		92.330	4.920	(1.480)	(130)	95.640
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	12	(2.440)	(247)	7	-	(2.680)
Máquinas e equipamentos	12	(16.746)	(1.689)	38	-	(18.397)
Veículos	25	(9.294)	(2.045)	1.152	-	(10.187)
Instalações e edificações	5	(564)	(7)	-	-	(571)
Equipamentos operacionais	12	(28.290)	(3.719)	141	-	(31.868)
Total depreciação		(57.334)	(7.707)	1.338	-	(63.703)
Total geral		34.996	(2.787)	(142)	(130)	31.937

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos das debêntures no montante de R\$ 1.149 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 377 em 31 de dezembro de 2021). As taxas médias de capitalização em 2022 e 2021 foram de 13,36% a.a. e 5,41% a.a., respectivamente (custo das debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures).

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***11. Intangível e infraestrutura em construção**

	Taxa média anual de amortização %	2021		2022		
		Saldo inicial	Adições	Transferências		Saldo final
				(a)	Outros (b)	
Valor de custo						
Direito da concessão		1.138.254	-	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.554.589	-	11.014	(162)	1.565.441
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		2.278	2.385	(1.028)	-	3.635
Direitos de uso de sistemas informatizados		12.416	-	398	-	12.814
Total custo		2.707.537	2.385	10.384	(162)	2.720.144
Valor de amortização						
Direito da concessão	(*)	(594.090)	(68.169)	-	-	(662.259)
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(676.375)	(110.773)	-	-	(787.148)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(10.578)	(583)	-	-	(11.161)
Total amortização		(1.281.043)	(179.525)	-	-	(1.460.568)
Total intangível		1.426.494	(177.140)	10.384	(162)	1.259.576
Infraestrutura em construção (c)		8.420	25.048	(11.014)	-	22.454

	Taxa média anual de amortização %	2020		2021		
		Saldo inicial	Adições	Transferências		Saldo final
				Baixas	(a)	
Valor de custo						
Direito da concessão		1.138.254	-	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.290.905	263.000 (d)	-	985 (301)	1.554.589
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		2.947	734	(2)	(1.401)	2.278
Direitos de uso de sistemas informatizados		10.885	-	-	1.531	12.416
Total custo		2.442.991	263.734	(2)	1.115 (301)	2.707.537
Valor de amortização						
Direito da concessão	(*)	(524.225)	(69.865)	-	-	(594.090)
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(539.741)	(136.634) (d)	-	-	(676.375)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(10.085)	(493)	-	-	(10.578)
Total amortização		(1.074.051)	(206.992)	-	-	(1.281.043)
Total intangível		1.368.940	56.742	(2)	1.115 (301)	1.426.494
Infraestrutura em construção (c)		789	8.673	-	(985) (57)	8.420

(*) Amortização pela curva de benefício econômico;

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado, infraestrutura em construção e intangível;

(b) Em 2022, R\$ 162 refere-se às desapropriações. Em 2021, R\$ 354 refere-se às desapropriações e R\$ 4 refere-se à caução;

(c) Em 2022, os principais valores são para a elaboração de projetos da duplicação da SP-258 e trevo do km 110 da SP-127. Em 2021, os principais valores referem-se à elaboração de projetos, análises e estudos para a revitalização dos viadutos I e II da Serra de Botucatu, Pista Leste; e

(d) Refere-se ao pagamento de R\$ 263.000 previsto do Termo Aditivo Preliminar Coletivo n.º 1, firmado em 29 de junho de 2021, entre a Companhia e o Poder Concedente. Este valor tem sua amortização calculada, considerando a curva de benefício econômico, a partir do início do prazo estendido da concessão definidos nos TAMs de 2006 e subsequentes, até o prazo atual de término da concessão. Tendo em vista que parte destes prazos já transcorreu, o saldo da amortização correspondente, no montante de R\$ 36.987, foi apropriado ao resultado na mesma data de ativação, enquanto a parcela remanescente de R\$ 226.013 (na data de ativação), está sendo amortizada até o prazo final da concessão. Para maiores informações vide nota explicativa n.º 1.2 – Acordo preliminar.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos das debêntures no montante de R\$ 1.697 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 409 em 31 de dezembro de 2021). As taxas médias de capitalização em 2022 e 2021 foram de 13,36% a.a. e 5,41% a.a., respectivamente (custo das debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures).

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***12. Arrendamento****a. Direito de uso em arrendamento**

	<u>2021</u>	<u>2022</u>	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u>
Valor custo			
Máquinas e equipamentos	197	-	197
Veículos	673	-	673
Instalações e edificações	98	-	98
Total de custo	<u>968</u>	<u>-</u>	<u>968</u>
Valor de depreciação			
Máquinas e equipamentos	(140)	(46)	(186)
Veículos	(407)	(212)	(619)
Instalações e edificações	(30)	(10)	(40)
Total de depreciação	<u>(577)</u>	<u>(268)</u>	<u>(845)</u>
Total geral	<u>391</u>	<u>(268)</u>	<u>123</u>

b. Passivo de arrendamento

	<u>2021</u>	<u>2022</u>			<u>Saldo final</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Transferências</u>	
Circulante	298	14	(302)	76	86
Não circulante	125	-	-	(76)	49
	<u>423</u>	<u>14</u>	<u>(302)</u>	<u>-</u>	<u>135</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 9,64% a.a.. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido um montante de R\$ 35 como despesa de aluguel (R\$ 76 em 31 de dezembro de 2021), decorrente de arrendamentos não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma - não circulante

	<u>2022</u>
2024	10
2025	10
2026	10
2027	10
2028 em diante	9
	<u>49</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***13. Debêntures**

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em		Vencimento final	2022	2021
				2022				
6ª Emissão - Série única (c)	115% do CDI	0,0460% (b)	-	-	Agosto de 2022	-	318.555 (e)	
9ª Emissão - Série única	CDI + 2% a.a	2,0026% (a)	4.074	1.862	Março de 2026	506.577	498.522 (e)	
10ª Emissão - Série única	CDI + 1,85% a.a	1,9382% (a)	1.798	1.281	Agosto de 2026	508.572	493.937 (d)	
1. 11ª Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	2,0305% (a)	884	727	Fevereiro de 2027	168.968	- (e)	
Total geral				3.870		1.184.117	1.311.014	
						2022	2021	
Circulante								
Debêntures						253.988	344.015	
Valor justo						-	1.807	
Custos de transação						(1.625)	(1.664)	
						252.363	344.158	
Não Circulante								
Debêntures						933.999	969.999	
Custos de transação						(2.245)	(3.143)	
						931.754	966.856	

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 19.

Garantias:

- (d) Aval/fiança corporativa da Controladora CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta; e
- (e) Fiança corporativa da Controladora CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2022
2024	176.400
2025	298.800
2026	378.800
2027 em diante	79.999
(-) Custos de transação	(2.245)
Total	931.754

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente. Não há quebra de *covenants* relacionados as debêntures.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos novos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 5 de fevereiro de 2022, foi realizada a 11ª emissão de debêntures, no valor nominal total de R\$ 160.000, com remuneração de CDI + 1,90% a.a..

Os juros serão pagos em parcelas semestrais a partir de 5 de agosto de 2022 até 5 de fevereiro de 2027, e o principal em duas parcelas iguais, sendo a primeira em 5 de fevereiro de 2026 e a segunda na data de vencimento.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio pela Emissora, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76 e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado seja superior a 4,5, medidos anualmente, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura e (iii) redução do capital social da emissora que represente mais que 10% do seu patrimônio líquido, sem que haja prévia anuência dos debenturistas.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

14.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2021		2022		Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos		
Não circulante						
Cíveis e administrativos	3.720	6.118	(1.159)	(4.763)	72	3.988
Trabalhistas e previdenciários	594	113	(13)	(44)	70	720
Tributários	5.026	436	(22)	-	149	5.589
	<u>9.340</u>	<u>6.667</u>	<u>(1.194)</u>	<u>(4.807)</u>	<u>291</u>	<u>10.297</u>

14.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cíveis e administrativos	373	1.652
Trabalhistas e previdenciárias	96	170
Tributárias (a) (b) (c) (d)	<u>1.187.175</u>	<u>1.066.187</u>
	<u><u>1.187.644</u></u>	<u><u>1.068.009</u></u>

Os principais processos relativos a questões tributárias são:

- (a) R\$ 299.957 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 254.087 em 31 de dezembro de 2021), por supostos débitos de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2014 a 2017, oriundos de despesas de amortização de ágio, sendo que houve a realização de depósitos judiciais da parcela controvertida no valor de R\$ 121.129 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 89.912 em 31 de dezembro de 2021).
- (b) R\$ 306.852 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 282.712 em 31 de dezembro de 2021), reduzido para R\$ 178.110 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 165.229 em 31 de dezembro de 2021) em virtude de decisão não definitiva proferida em processo administrativo em curso, por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2012 e 2013, decorrentes da glosa de despesas financeiras e multas isoladas.
- (c) R\$ 185.580 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 169.889 em 31 de dezembro de 2021), por diferenças de IRPJ e CSLL no ano-calendário de 2014, decorrentes da glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas.
- (d) 394.785 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 359.497 em 31 de dezembro de 2021), por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2015 e 2016, decorrentes da glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas.

Não foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 90.910 em 31 de dezembro de 2021).

15. Provisão de manutenção

	<u>2021</u>	<u>2022</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão de manutenção</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	-	1.002	94	1.096
Não circulante	<u>29.901</u>	<u>86.952 (a)</u>	<u>4.214</u>	<u>121.067</u>
	<u><u>29.901</u></u>	<u><u>87.954</u></u>	<u><u>4.308</u></u>	<u><u>122.163</u></u>

- (a) O montante constituído para o período, refere-se a assinatura do Acordo Definitivo com a inclusão de três ciclos de intervenção de pavimento previstos para os anos de 2026, 2027 e 2028, para mais informações vide nota explicativa n.º 1.

As taxas anuais de 2022 e 2021, para o cálculo do valor presente, são de 9,64% a.a. e 7,08% a.a., respectivamente.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 205.225, composto por 205.225.063 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da lei n.º 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da lei n.º 6.404/1976. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária de 2022.

d. Juros sobre capital próprio

Em 25 de março de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2021, no montante bruto de R\$ 4.200, correspondente a R\$ 0,02046414 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 3.570, pagos em 31 de março de 2022.

Em 23 de junho de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 31 de março de 2022, no montante bruto de R\$ 4.398, correspondente a R\$ 0,02142878212 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 3.738, pagos em 28 de junho de 2022.

Em 23 de setembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 30 de junho de 2022, no montante bruto de R\$ 4.588, correspondente a R\$ 0,02235992219 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 3.900, pagos em 25 de novembro de 2022.

Em 06 de dezembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 30 de setembro de 2022, no montante bruto de R\$ 4.822, correspondente a R\$ 0,02350005058 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 4.099, a serem pagos quando oportuno.

Os juros sobre capital próprio serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2022.

e. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976).

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Em 25 de novembro de 2022, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração (RCA), o pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$ 59.865, correspondentes a R\$ 0,29170128572 por ação, à conta de partes dos lucros apurados entre 01 de janeiro de 2022 a 30 de setembro de 2022. O pagamento ocorreu em 28 de novembro de 2022.

A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 12.041, a serem aprovados na AGO de 2023.

	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	94.646
(-) Constituição de reserva legal	<u>(4.732)</u>
Lucro líquido ajustado	<u><u>89.914</u></u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>22.478</u>
Total de juros sobre capital próprio pagos	18.008
Total dos dividendos pagos	<u>71.906</u>
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	89.914

17. Receitas operacionais líquidas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas de pedágio	854.773	725.417
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	23.219	8.408
Receitas acessórias	4.463	4.906
Receita bruta	<u>882.455</u>	<u>738.731</u>
Impostos sobre receitas	(74.128)	(63.043)
Abatimentos	<u>(406)</u>	<u>(201)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(74.534)</u>	<u>(63.244)</u>
Receita líquida	<u><u>807.921</u></u>	<u><u>675.487</u></u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***18. Resultado financeiro**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre debêntures	(172.641)	(74.229)
Juros e variações monetárias sobre obrigações	(173)	(2.539)
Perda com operações de derivativos	(3.192)	(1.264)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(4.308)	(526)
Capitalização de custos de debêntures	2.846	786
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value option</i>)	-	(748)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(4)	(4)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(14)	(51)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.262)	(4.613)
	<u>(178.748)</u>	<u>(83.188)</u>
Receitas Financeiras		
Ganho com operações de derivativos	3.316	3.038
Valor justo sobre debêntures (<i>fair value option</i>)	1.807	1.505
Rendimento sobre aplicações financeiras	14.403	3.307
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	1	3
Juros e outras receitas financeiras	11.355	3.426
	<u>30.882</u>	<u>11.279</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(147.866)</u>	<u>(71.909)</u>

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de estratégia, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativos			
Valor justo através do resultado			
Caixa e bancos	Nível 2	4.503	3.467
Aplicações financeiras	Nível 2	129.371	89.834
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	170	-
Contas a receber - operações com derivativos	Nível 2	-	2.041
		<u>134.044</u>	<u>95.342</u>
Custo amortizado			
Contas a receber		54.860	51.664
Contas a receber de clientes - partes relacionadas		5.424	59
		<u>60.284</u>	<u>51.723</u>
Passivos			
Valor justo através do resultado			
Debêntures (a)		-	(318.555)
		<u>-</u>	<u>(318.555)</u>
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Debêntures (a)		(1.184.117)	(992.459)
Fornecedores e outras contas a pagar		(33.878)	(13.514)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas		(2.011)	(6.982)
Cessão onerosa - partes relacionadas		-	(4.848)
Obrigações com Poder Concedente		(1.269)	(1.139)
		<u>(1.221.275)</u>	<u>(1.018.942)</u>
		<u>(1.026.947)</u>	<u>(1.190.432)</u>

(a) Valores líquidos do custo de transação.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>2022</u>		<u>2021</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Debêntures (a)(b)	1.187.987	1.232.913	997.266	1.048.287

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada na nota explicativa n.º 4.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-D).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2022, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação sobre a totalidade da 6ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Vencimento	Valor de referência (Nocional)		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado	
	Moeda local		Moeda local	Recebidos/(Pagos)	Valores a receber		Ganho/(Perda) em resultado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<u>SWAP - riscos de juros</u>								
SPVias								
2022	-	791.960	2.165	(218)	-	2.041	124	1.774
	-	791.960	2.165	(218)	-	2.041	124	1.774

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Risco	Exposição em R\$ ⁽³⁾⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI ⁽²⁾	1.187.987	(184.894)	(225.454)	(265.992)
Efeito sobre debêntures e derivativos		(184.894)	(225.454)	(265.992)
CDI ⁽²⁾	129.541	15.185	18.953	22.712
Efeito sobre as aplicações financeiras		15.185	18.953	22.712
Total do efeito de ganho / (perda)		(169.709)	(206.501)	(243.280)
As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:				
CDI ⁽²⁾		13,65%	17,06%	20,47%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e não consideram os saldos de juros em 31/12/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados a contrato de concessão**a. Compromisso com o Poder Concedente – outorga variável**

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder.

No decorrer do exercício de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 13.086 referente ao direito de outorga variável (R\$ 11.997 no exercício de 2021).

b. Compromissos relativos às concessões

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contempla investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2022 esses compromissos estavam estimados em R\$ 1.306.123 (R\$ 16.018 em 31 de dezembro de 2021), refletindo o valor dos investimentos estabelecimentos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrio firmados com o Poder Concedente e atualizado anualmente pelo índice de reajuste tarifário.

O acréscimo do valor deve-se a melhorias e ciclos adicionais de manutenção de pavimento decorrentes do Acordo Definitivo celebrado em 31 de março de 2022. Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 1 – Contexto Operacional. O montante também foi incrementado pela adição de novas obras decorrentes da celebração do TAM n.º 21, em 28 de julho de 2022, as quais foram reequilibradas mediante aumento do prazo de concessão.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)***21. Demonstração do fluxo de caixa**

- a.** Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores	3.449	4
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	3.449	4
Adição ao ativo intangível	(3.449)	-
Outros ativos de imobilizado e intangível	-	(4)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(3.449)	(4)

- b.** A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Debêntures</u>	<u>Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar</u>	<u>Operações com derivativos</u>	<u>Cessão onerosa</u>	<u>Arrendamento</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(1.311.014)	-	2.041	(4.848)	(423)	(1.314.244)
Varições dos fluxos de caixa de financiamento						
Captações (líquidas dos custos de transação)	(159.116)	-	-	-	-	(159.116)
Pagamentos de principal e juros	456.847	-	-	5.021	302	462.170
Liquidação de operações com derivativos	-	-	(2.165)	-	-	(2.165)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	97.997	-	-	-	97.997
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	297.731	97.997	(2.165)	5.021	302	398.886
Outras variações						
Despesas com juros e variação monetária	(172.641)	-	-	(173)	-	(172.814)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	1.807	-	124	-	-	1.931
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	-	-	(14)	(14)
Outras variações que não afetam o caixa	-	(102.096)	-	-	-	(102.096)
Total das outras variações	(170.834)	(102.096)	124	(173)	(14)	(272.993)
Saldo Final	<u>(1.184.117)</u>	<u>(4.099)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(135)</u>	<u>(1.188.351)</u>

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Roberto Penna Chaves Neto	Membro Efetivo
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Presidente
Guilherme Motta Gomes	Diretor de Operações
Thais Caroline Borges	Diretor de Engenharia

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0